



ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

COMUNICADO À IMPRENSA

22 de Junho de 2010

Reportando-nos à notícia publicada no *site* da TVI24 em: <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/tvi24-seguranca-interna-policia-governo-esgotado-modelo/1172202-4071.html>, a ASPPM aduz o seguinte esclarecimento:

A ASPPM nunca afirmou, naquele encontro, que é contra a unificação das polícias.

A posição da ASPPM encontra-se muito bem plasmada no discurso do presidente da ASPPM, por ocasião do 19º aniversário da ASPPM, em Lagos (http://www.asppm.pt/shared/ASPPM_DN_19ANV.pdf).

O que a ASPPM rejeitou, com veemência, foi a afirmação do Sr. Major-General Augusto Monteiro Valente – que na sua intervenção afirmou defender a fusão das polícias de natureza militar num bloco autónomo, e onde incluía a Polícia Marítima (PM), e concluiu que a PM dependia do CEMA.

Tais afirmações revelam desconhecimento do ordenamento jurídico relativo à organização do Sistema de Autoridade Marítima – que é constituído por 11 entidades a exercer Autoridade Marítima – sendo a PM uma delas.

A PM não possui natureza militar. A PM é um órgão de polícia criminal, com competência específica; e consequentemente, ainda, seria inconstitucional, depender do CEMA, apesar de se pretender passar essa imagem.



ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

O órgão superior de comando da PM é o Comandante-Geral da PM; o quadro da cadeia hierárquica culmina no Ministro da tutela.

A ASPPM quanto à questão da união, unificação ou fusão de forças e serviços de segurança, têm, ainda, uma posição concertada dentro do quadro da Comissão Coordenadora Permanente das Associações e Sindicatos das Forças e Serviços de Segurança – **CCP**; pelo que afirmar que a ASPPM se manifestou contra a eventual unificação das forças policiais, é pura desinformação.

A ASPPM acredita que a unificação será o caminho, mas reitera o apelo a todos os responsáveis políticos, intelectuais e sociais, para que a questão dessa eventual unificação das polícias não seja vista apenas numa lógica economicista – ou até instrumento político – mas sobretudo numa lógica de melhor servir o cidadão, em termos de segurança.

Lisboa, 22 de Junho de 2010

Pel' A Direcção Nacional

(Assinatura ilegível)

Jorge H. Veloso Lopes

Presidente